

JORNAL DO SENADO

Órgão de divulgação das atividades do Senado Federal

Ano III - Nº 450 - Brasília, sexta-feira, 25 de abril de 1997

Senador pode ter mandato de seis anos

A Comissão da Reforma Político-Partidária aprovou ontem proposta que reduz de oito para seis anos o mandato de senador. A matéria deverá ainda ser apreciada pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania antes de ir para o plenário do Senado. **Página 7**

Plenário já discute emenda da reeleição

A proposta de emenda constitucional que permite a reeleição de presidente da República, governadores e prefeitos terá hoje seu primeiro dia de discussão em plenário. A matéria será debatida até a sessão do dia 2 de maio, podendo, então, ser votada em primeiro turno.

O parecer da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, elaborado pelo senador Francelino Pereira (PFL-MG), manteve o texto integral aprovado pela Câmara dos Deputados. Conforme a proposta, o presidente da República, os governadores de estado e do Distrito Federal, os prefeitos e quem os houver sucedido podem concorrer à reeleição para um único período subsequente.

A emenda altera também a data das eleições majoritárias, determinando a realização do primeiro turno no primeiro domingo de outubro do ano anterior ao término do mandato, e do segundo turno, se houver, no último domingo do mesmo mês.



Requião, Geraldo Melo e Cabral dirigem a reunião em que foram ouvidos ex-dirigentes da Arjel

Ex-dirigentes de corretora vão depor, mesmo à força

Se não comparecerem espontaneamente na terça-feira, eles poderão ser conduzidos "sob coação", decide a CPI dos Precatórios

Se não comparecerem na próxima terça-feira para depor, dois ex-dirigentes da distribuidora Arjel - Luiz Antonio Mora e Antonio da Cunha Vilas Boas - deverão ser trazidos sob coação, segundo decidiu o presidente da CPI dos Precatórios, senador Bernardo Cabral.

Ao depor ontem à noite na comissão,

Augusto César Falcão de Queiroz e José Roberto Barbosa Peçanha, também ex-dirigentes da Arjel, confirmaram que a empresa só comprava títulos públicos porque sabia que o banco Bradesco os adquiriria em seguida. O depoimento dos dois contrastou com o do diretor da Mesa de Operações do Bradesco, Katsumi Kihara. **Página 3**

ACM rejeita usurpação de poderes do Congresso



Antonio Carlos

O presidente do Senado, Antonio Carlos Magalhães, afirmou ontem que não deseja confronto com qualquer Poder da República, mas não aceitará a usurpação de atribuições do Congresso Nacional.

"Chegou o momento de cada um exercer a sua função, se queremos todos ser-

vir à democracia", comentou Antonio Carlos sobre a resposta do presidente do STF a declarações que fez na véspera, indignado com a decisão do Supremo de confirmar liminar contra a quebra de sigilo telefônico de Pedro Neiva, investigado pela CPI dos Precatórios. **Página 3**

Beni Veras adianta propostas sobre reforma previdenciária

Relator de substitutivo fixa limite de idade para aposentadoria do servidor público aos 60 anos, se homem, e 55 anos, se mulher

Beni Veras (PSDB-CE) divulgou ontem, no Seminário Internacional sobre a Previdência, relatório preliminar ao substitutivo do projeto de reforma previdenciária que tramita no Senado e do qual é o relator.

A versão do substitutivo de Beni Veras para o novo regime de Previdência fixa limite de idade para a aposentadoria voluntária aos 60 anos, no caso de servidor público, e aos 55 anos para a servidora, após trinta e cinco e trinta anos de contribuição, respectivamente.

Prevê a aposentadoria com-



Beni Veras

pulsória aos setenta anos, independentemente do tempo de contribuição, e o fim da acumulação de pensões, assim como a eliminação de regimes especiais, inclusive para professores, que, entende o senador, "deveriam receber salários compensadores e não a concessão de regimes especiais".

Beni Veras disse que a viabilidade administrativa e financeira da Previdência é um dos pontos mais importantes do substitutivo que apresentará à Comissão de Constituição e Justiça. Representantes de trabalhado-

res compareceram aos debates, que também contaram com a participação de especialistas do Ministério da Previdência Social e do presidente do Ipea, Fernando Rezende.

Bernardo Cabral (PFL-AM), na condição de presidente da mesa, enalteceu a preocupação de Beni Veras em discutir a reforma da Previdência, para buscar um consenso. A seu ver, o relator "sofrerá muitas pressões dos setores insatisfeitos, inclusive daqueles contribuintes que cumpriram seus prazos e não terão suas aposentadorias de acordo com a lei vigente. Eu mesmo combaterei o que achar injusto", acrescentou.

Suassuna tem pressa em votar projeto que restringe a venda de anabolizantes

Ney Suassuna (PMDB-PB) pediu ontem que o presidente da Comissão de Assuntos Sociais, Ademar Andrade (PSB-PA), coloque em pauta projeto de sua autoria que coíbe a venda e o uso indiscriminados de anabolizantes no país.

A seu ver, a aprovação da matéria, que já recebeu pare-

cer favorável do senador José Alves (PFL-SE), permitirá a elevação do nível de controle desses medicamentos, constituindo-se em importante instrumento para disciplinar e salvaguardar a população dos abusos hoje praticados.

O senador destacou notícia divulgada pelo *Jornal Nacio-*

nal, na semana passada, denunciando a ação inescrupulosa de pessoas que vendem indiscriminadamente anabolizantes nas farmácias e em academias de musculação e turismo. Conforme disse, o usuário preferencial desse tipo de droga são jovens com idade entre 16 e 25 anos.



Freitas Neto

Freitas pede recuperação de rodovias

O senador Freitas Neto (PFL-PI) pediu ontem ao presidente Fernando Henrique Cardoso que "volte suas vistas para o Brasil pobre" e garanta recursos para a recuperação de 2.249 km de rodovias federais no estado do Piauí, totalmente intratáveis. Na opinião do senador, já que o Piauí não está contemplado com obras prioritárias previstas no programa Brasil em Ação, deve, ao menos, "tornar a ter o que já teve".

A deterioração de estradas como a BR-135 e a BR-316, segundo Freitas Neto, tem provocado sérios prejuízos à economia estadual e praticamente isolou a capital, Teresina, da maioria dos municípios do Piauí. Além disso, as duas rodovias são estratégicas, pois constituem elo de ligação do estado com o Sul do país.

Agenda do Dia

PRESIDENTE

Senador Antonio Carlos Magalhães

9h - Preside sessão deliberativa ordinária do Senado

PLENÁRIO

9h - Sessão deliberativa do Senado

Pauta: Primeiro dia de discussão, em primeiro turno, da *PEC nº 4/97, que permite reeleição de presidente da República, governadores e prefeitos.

PREVISÃO DE TRABALHOS

PLENÁRIO

Segunda-feira (28.04.97)

14h30 - Sessão deliberativa do Senado

Pauta: Segundo dia de discussão, em primeiro turno, da *PEC nº 4/97, que permite reeleição de presidente da República, governadores e prefeitos.

Terça-feira (29.04.97)

14h30 - Sessão deliberativa do Senado

Pauta: Apreciação de diversas matérias, destacando-se: terceiro dia de discussão em primeiro turno da *PEC nº 4/97; *PDL nº 24/97, que aprova o texto do Acordo de Complementação Econômica entre o Mercosul e a Bolívia, celebrado durante a última reunião do Conselho do Mercosul, realizada em Fortaleza, nos dias 16 e 17.12.96; e *Projeto de Resolução nº 47/97, que autoriza o estado de Alagoas a contratar operação de crédito junto à Caixa Econômica Federal.

Quarta-feira (30.04.97)

14h30 - Sessão deliberativa do Senado

Pauta: Quarto dia de discussão em primeiro turno da *PEC nº 4/97.

Sexta-feira (02.05.97)

9h - Sessão deliberativa do Senado

Pauta: Quinto e último dia de discussão em primeiro turno da *PEC nº 4/97.

COMISSÕES

Terça-feira (29.04.97)

17h - Comissão de Assuntos Sociais

Pauta: Audiência pública com o objetivo de discutir a violência sofrida pelos povos indígenas. Sala 09 - Ala Senador Alexandre Costa

CPI DOS PRECATÓRIOS

Ex-diretores de corretora são intimados a depor

Se eles se recusarem a comparecer na próxima terça-feira, poderão ser trazidos sob coerção, conforme decidiu ontem o presidente da comissão, senador Bernardo Cabral

Caso não compareçam na próxima terça-feira para depor na CPI dos Precatórios, Luiz Antonio Mora e Antonio da Cunha Vilas Boas, ex-diretores da distribuidora Arjel, sob liquidação extrajudicial, deverão ser trazidos sob coerção. A decisão é do presidente da CPI, Bernardo Cabral (PFL-AM), o qual afirma que o comparecimento dos dois "sob vara" é amparado por lei.

Convocados para depor ontem, os dois ex-diretores não compareceram, nem apresentaram justificativa prévia. Depois de consultar representante do Ministério Público, o presidente da CPI solicitou ao senador Romeu Tuma (PFL-SP) que tomasse providências para que os dois comparecessem sob coerção. Tuma chegou a chamar um delegado da Polícia Federal em



Na mesa de trabalhos da CPI, Requião, Geraldo Melo e Cabral

suas providências para que os dois ex-diretores fossem detidos no Rio de Janeiro, onde moram.

Mas, antes que isso acontecesse, a CPI recebeu uma mensagem, via fax, de Luiz Antonio Mora e Antonio da Cunha Vilas Boas, pedindo que fosse marcada nova data para eles.

Deverão depor na próxima terça-feira, depois de uma reunião de trabalho que a CPI realizará às 17h. Os dois ex-diretores deverão explicar por que a Arjel realizou 87% das operações de títulos públicos comprados pelo banco Bradesco (veja matéria ao lado).

Arjel admite que vendia ao Bradesco

Ao depor ontem à noite na CPI dos Precatórios, Augusto César Falcão de Queiroz e José Roberto Barbosa Peçanha, ex-diretores da corretora Arjel (que já se chamou Paper), confirmaram que essa empresa só comprava títulos públicos porque sabia que o banco Bradesco os recompraria em seguida, dando-lhes um pequeno lucro. "Fiz o negócio porque o Bradesco se propunha a comprar", disse Augusto de Queiroz.

O relator da CPI, Roberto Requião (PMDB-PR), mostrou a Augusto de Queiroz um mapa de operação com a seguinte cadeia na compra e venda de 80,1 milhões de letras: Votor, banco Indusval, JHL, Paper e Bradesco. E observou que, enquanto a Paper ganhou R\$ 170 mil nesse negócio, teve quem lucrasse na cadeia até R\$ 3 milhões. Resposta do ex-diretor da Arjel: "Pelo visto, posso ter sido usado".

O outro diretor, José Roberto Barbosa Peçanha, também admitiu que essas negociações consistiam numa operação casada de ponta a ponta, mas ressaltou que só passou a trabalhar na empresa em novembro do ano passado. Daí por que não tinha muito conhecimento do que ali se passava.

Ao depor em seguida, Katsumi Kihara, diretor da Mesa de Operações do Bradesco, negou que a instituição tenha participado de operações casadas com a Paper para a compra de títulos públicos. Às 22h20, os dois diretores da Arjel e Katsumi Kihara foram submetidos a carecação. Mantiveram as afirmações feitas no interrogatório.

ACM não aceita medidas contra a comissão

O presidente do Senado, Antonio Carlos Magalhães, afirmou ontem ao plenário que não deseja confronto com qualquer Poder da República, mas não aceitará a usurpação de atribuições do Congresso. Antonio Carlos garantiu aos senadores que não ficará indiferente quando um dos Poderes tentar reduzir as atividades lícitas de uma CPI.

Na quarta-feira, o presidente do Senado manifestou, em entrevista à imprensa, indignação porque o Supremo Tribunal Federal confirmou a liminar contra a quebra de sigilo telefônico de Pedro Neiva, um dos investigados pela CPI dos Precatórios.

- Por isso, o presidente do Supremo Tribunal Federal responde e insinua: são resquícios da ditadura. Talvez, quando S. Exa. fez essa afirmação, estivesse referindo-se a algum colega seu que tenha

sido nomeado pela ditadura. Aqui, todos fomos eleitos livremente pelo povo brasileiro em regime pós-ditadura - disse o presidente do Senado.

Conforme Antonio Carlos Magalhães, ninguém melhor que ele próprio, formado na atividade estudantil, tem consciência da responsabilidade pública. "Mas não posso, como presidente do Congresso Nacional, nem o presidente Fernando Henrique Cardoso, como presidente da República, e muito menos o ministro Sepúlveda Pertence, como presidente do Supremo, continuar ainda como presidente da UNE na presidência do STF", frisou.

- Chegou o momento de cada um exercer a sua função, se queremos todos servir à democracia e porque queremos servir à democracia. É hora de darmos as mãos para os acertos definitivos entre os Poderes e não estar na postura de me-

lindrar o Poder que, na opinião pública, pode ser o mais fraco, que é o Legislativo, mas que na verdade é o mais forte, porque é aquele que vem da verdadeira vontade popular - assinalou.

Depois de dizer ao plenário que o presidente do STF não entrou no âmago do que declarou na véspera, Antonio Carlos Magalhães reafirmou que não permitirá que se tente diminuir as atividades do Senado. Salientou que suas declarações não foram ofensivas e não levavam a qualquer confronto. Para ele, o objetivo foi apresentar um alerta contra qualquer tentativa de usurpação de poderes do Congresso.

- Estas declarações eu teria que fazer em defesa do Congresso Nacional e as faço com a coragem que nunca me faltou - concluiu o presidente do Senado, que foi aplaudido pelos senadores.

ACM apóia reivindicação de pataxós

Representantes dos índios ouviram ontem do presidente do Senado, Antonio Carlos, opinião favorável a que o governo baiano cumpra decisão judicial sobre conflito de terra que beneficia a tribo

O presidente do Senado, Antonio Carlos Magalhães, garantiu a um grupo de índios pataxós, recebidos em audiência na tarde de ontem (foto), que apóia integralmente sua reivindicação, de cumprimento da decisão da Justiça sobre conflito de terras que beneficiou a tribo.

O senador disse aos índios Gerson Pataxó, Maura Rosa

Titiá e Maria Pataxó, acompanhados pelo deputado Jacques Wagner, que já havia comentado o assunto com o governador da Bahia, Paulo Souto, quando este o procurou por telefone. Sua opinião, externada a Souto, é de que o cumprimento da decisão judicial deve ser garantido pelo governo estadual.



Crianças quebram rotina no Senado

Um encontro (foto) que não estava previsto na agenda do presidente do Senado: durante a tarde, ao deixar o plenário, onde presidia a sessão, Antonio Carlos Magalhães conversou com um grupo de meninos e meninas da escola de primeiro grau Monteiro Lobato, de Brasília, que visitava o Congresso Nacional.

Por cerca de quinze minutos Antonio Carlos Magalhães atendeu à curiosidade das crianças, que queriam

saber, inclusive, se ele já era senador desde menino, se tinha participado da Segunda Guerra Mundial, e quanto tempo fora gasto para se pintarem os quadros que haviam visto, pouco antes, no Museu do Senado.

Também respondendo aos pequenos visitantes, o senador informou que hoje o plenário do Senado começa a discussão da emenda que permite a reeleição de presidente da República, governadores e prefeitos.



Visita de políticos portugueses

O presidente do Senado, Antonio Carlos Magalhães, recebeu em audiência na tarde de ontem uma comitiva de políticos portugueses (foto) liderada pelo professor Marcelo Rebelo de Souza, presidente do Partido Social Democrata (PSD), que vieram tratar do es-

tratamento dos laços entre os legisladores dos dois países.

Os deputados Carlos Encarnação e Carlos Pinto e o vice-presidente do PSD, Horta e Costa, também compareceram ao encontro. O partido esteve no poder em Portugal até um ano e meio atrás.

Amapá pleiteia financiamento

O governador do Amapá, João Alberto Capiberibe, foi recebido ontem pelo presidente do Senado, Antonio Carlos Magalhães (foto), a quem pediu apoio para pleito do seu estado, que deseja obter financiamentos no valor de R\$ 15 milhões, destinados a ampliar sua oferta de energia.

O presidente do Senado, segundo o governador, prometeu entrar em contato com o ministro de Minas e Energia para tratar do assunto. "O apoio de Antonio Carlos Magalhães ao Amapá não é de hoje", recordou Capiberibe, acrescentando

que em 1992, na condição de governador da Bahia, ele enviou três geradores ao estado para minorar crise de energia.

Conforme o governador, os créditos serão pleiteados junto à Eletrobrás e à Eletronorte, e visam a modernizar equipamentos e ampliar instalações da companhia energética do Amapá.



Presidente recebe diretor da Fiat

Antonio Carlos Magalhães recebeu ontem o diretor-superintendente da Fiat do Brasil, Cledorvino Belini (foto), que veio desejar-lhe êxito na presidência da Casa e do Congresso, bem como renovar seu apoio às reformas constitucionais em curso. De acordo com o empresário, o presidente do Senado reafirmou sua convicção de que o Legisla-



tivo fará as mudanças de que o país necessita.

Comissão recomenda maior fiscalização em clínicas para idosos



Ademir Andrade

Ademir: usina de cobre vai ficar no Pará

O senador Ademir Andrade (PSB-PA) informou que foi assinado ontem, em Belém, acordo entre o governo do Pará e a Cia. Vale do Rio Doce para que seja construída no município de Marabá a usina que irá industrializar o minério de cobre das jazidas de Salobo, em Carajás. Conforme o senador, os estados do Maranhão e da Bahia lutaram para que a usina ficasse em seus territórios.

A construção da usina, um investimento de US\$ 1,5 bilhão, é o resultado do esforço de prefeitos, vereadores e parlamentares do Pará, apesar de o governador do estado aparecer agora como sendo o pai da criança - disse. Lembrou ter participado de reuniões com ministros, em Brasília, para que o minério não fosse levado para ser industrializado em outros estados.

Conforme Ademir Andrade, se não tivesse havido a pressão das lideranças do Pará, a usina poderia ser construída dentro da área de Carajás, para ele um verdadeiro "estado" encravado no estado do Pará. O objetivo dos prefeitos e parlamentares paraenses é fazer com que as comunidades do estado sejam beneficiadas pelos grandes empreendimentos federais na região, entre eles a hidrelétrica de Tucuruí.

O aperfeiçoamento do sistema de fiscalização e controle das clínicas especializadas no atendimento ao idoso é uma das recomendações constantes da síntese do relatório apresentado ontem pelo senador José Alves (PFL-SE), relator da Comissão Especial Temporária do Senado que analisou o caso da Clínica Santa Geneveva, do Rio de Ja-



José Alves

neiro.

José Alves disse que a Clínica Santa Geneveva recebeu, entre 1994 e meados de 1996, cerca de R\$ 4,5 milhões para atender três mil pessoas por ano, mas 115 idosos morreram lá no ano passado em decorrência das precárias condições do local.

O relatório recomenda ainda que o Executivo forneça garantias legais de aplicação de um mínimo de 5% do PIB na área de saúde. O senador cobrou do Congresso maior rigor na apreciação de propostas orçamentárias e de créditos adicionais para o setor.

Benedita cobra punição

Ao comentar ontem o relatório do senador José Alves (PFL-SE) sobre a tragédia na Clínica Santa Geneveva, no Rio de Janeiro, a presidente da Comissão Temporária do Senado que investigou o caso, senadora Benedita da Silva (PT-RJ), cobrou punição para os donos daquela entidade e responsabilizou o poder público e os hospitais que encaminharam pessoas para a clínica.

Benedita pediu que não seja

“um centavo sequer” a instituições que cometam fraude, ao informar que o Ministério da Saúde constatou irregularidades nas dez primeiras clínicas examinadas. A senadora sugeriu a definição de critérios para classificação de pacientes crônicos fora de possibilidades terapêuticas; o estabelecimento de bases realistas para pagamento de consultas e internações vinculadas ao SUS, e mais recursos para a Saúde.

Júlio Campos defende rodo-hidrovia Tapajós

O senador Júlio Campos (PFL-MT) disse ontem que se a rodo-hidrovia Tapajós tornar-se realidade representará a “redenção” econômica de uma região imensa, incluindo os estados de Mato Grosso, Pará e Amazonas. Ele explicou que a rodo-hidrovia seria um corredor de exportação com um trecho rodoviário, de Alta Floresta (MT) até Jacareacanga (PA), e outro hidroviário, ligando Jacareacanga a Santarém (PA), que reduziria “brutalmente” os



Júlio Campos

custos de transportes.

Júlio Campos também denunciou su-

perfaturamento na pavimentação de um trecho de 82,7 quilômetros da BR-163. Segundo ele, o deputado federal Gilney Viana (PT-MT) apresentou ao TCU a denúncia de que o valor do serviço por quilômetro chega a R\$ 541 mil.

Proposta de Mário Covas agrada Freire



Freire

As medidas anunciadas quarta-feira pelo governador Mário Covas, de São Paulo, com vistas a desmilitarizar a segurança pública do estado foram consideradas pelo senador Roberto Freire (PPS-PE) como merecedoras da maior atenção por parte do Congresso, já que podem, a seu ver, indicar importante caminho para se resolver a questão da violência policial.

Covas, conforme o senador, propõe a extinção da Justiça Militar, como consequência da unificação das polícias civil e militar. Assim, caberia à Justiça comum julgar crimes cometidos por policiais.

Covas, conforme o senador, propõe a extinção da Justiça Militar, como consequência da unificação das polícias civil e militar. Assim, caberia à Justiça comum julgar crimes cometidos por policiais.

Amin entrega colaboração do PPB à CNBB

O senador Esperidião Amin (SC) informou que em encontro de parlamentares católicos realizado na manhã



Amin

de ontem levou, como presidente do PPB, a contribuição de seu partido à Campanha da Fraternidade da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB). Trata-se, conforme disse, da impressão de exemplares do folheto *Cristo Liberta de Todas as Prisões*, tema da campanha de 1997, que serão distribuídos pela CNBB.

Segundo Amin, num momento em que “tantas questões sociais levam à reflexão sobre os caminhos trilhados pela sociedade brasileira”, a 34ª Assembleia Geral da CNBB escolheu um tema oportuno e necessário, tratando-o de forma corajosa e sábia.

Serra diz que MST deve lutar contra protecionismo

Para senador, simpatia despertada no mundo com a marcha a Brasília dá condições aos sem-terra de pedir o fim das práticas comerciais restritivas impostas aos produtos brasileiros

O senador José Serra (PSDB-SP) afirmou ontem que o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra (MST) deveria aproveitar a simpatia que despertou no mundo inteiro com a marcha a Brasília para reivindicar o fim das práticas comerciais restritivas que os países desenvolvidos impõem às exportações brasileiras. A seu



José Serra

ver, se isso acontecesse, haveria "mais terra para os sem-terra".

Na opinião do senador, a solidariedade internacional conquistada pelo MST "ganhará um sentido prático inestimável" se provocasse, lá fora, ações que facilitassem ao Brasil resolver os "graves problemas de desigualdade e pobreza aqui existentes". Conforme disse, sem

as restrições impostas às exportações brasileiras, incluídos os produtos agrícolas, haveria no país tanto uma oferta maior de emprego nesse setor como melhorariam as condições financeiras para a promoção e a subsistência de assentamentos.

José Serra entende que lutar pelo fim dessas restrições seria mais importante para o MST do que combater a privatização da Companhia Vale

do Rio Doce, já que o problema dos trabalhadores sem-terra passou a integrar a agenda internacional de preocupações com o Brasil, antes centrada apenas nos índios, direitos humanos e meio ambiente.

O senador pediu ao Senado que promova uma maior discussão dos problemas relativos ao comércio exterior, a exemplo do que tem feito a proposta das dívidas interna e externa.

Marluce quer ocupar Amazônia com os sem-terra

A senadora Marluce Pinto (PMDB-RR) defendeu a ocupação da Amazônia "através de uma verdadeira revolução agrária onde a terra está disponível e as condições são favoráveis", deslocando o excedente de sem-terra verificado nas outras regiões. Ela informou ter feito essa sugestão ao presidente Fernando Henrique Cardoso quando de sua recente visita a Roraima.



Marluce

Disse a senadora que, enquanto no Centro-Oeste, no Sul e no Nordeste os módulos rurais oscilam entre 15, 20 e 30 hectares, no Norte "o mínimo que recebe um assentado são 60 hectares, não raro chegando aos 100 hectares". Marluce Pinto afirmou que as várzeas e planícies são riquíssimas e aptas à produção com uma mínima correção de solo, e se estendem por quilômetros.

A senadora também lamentou o assassinato do índio Galvão Jesus dos Santos e pediu a transcrição, nos Anais da Casa, de artigo da historiadora Maria Yeda Linhares, publicado no *Jornal do Brasil*, sobre a questão fundiária.

Bezerra discorda de propaganda do PMDB contra venda da Vale

O senador Fernando Bezerra (PMDB-RN) manifestou-se ontem contrário à propaganda veiculada pelo PMDB na televisão condenando a privatização da Companhia Vale do Rio Doce. Segundo garantiu, mesmo respeitando o partido e suas lideranças, não pode concordar com essa posição, "possivelmente tomada por colegiados superiores", do qual não faz parte.

Fernando Bezerra disse



Bezerra

que, "na condição de líder da iniciativa privada", é favorável à privatização de um modo geral, "não apenas da Vale do Rio Doce". A seu ver, o Estado brasileiro não deve desempenhar o papel de empresário, função essa "exercida com competência comprovada pelo setor privado". As desastrosas experiências verificadas onde o Estado ocupou o lugar do empresário corroboraram, conforme garantiu, a sua visão.

Projeto de Abdias proíbe contratação de racistas

O senador Abdias Nascimento (PDT-RJ) pediu ontem a aprovação de projeto de lei de sua autoria que proíbe a contratação, pela União, suas autarquias, fundações, empresas públicas e sociedades de economia mista, de pessoas físicas ou jurídicas que, notoriamente, tenham apoiado regime ou ações de discriminação racial, no Brasil ou no exterior.

Abdias afirmou que uma



Abdias

das empresas que deverão participar do leilão da Companhia Vale do Rio Doce, a multinacional Anglo American - que integra o grupo liderado pela Votorantim -, apoiou o regime de apartheid na África do Sul, além de ter sido considerada culpada, em vários países, por infringir a legislação antitruste, praticando o monopólio da produção e comércio de ouro e diamantes.

Suplicy aponta intenção de dividir o PT

O senador Eduardo Suplicy (PT-SP) afirmou ontem que a proposta feita pelo professor de Filosofia Arthur Giannotti para que o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra (MST) se transforme em partido político "tem o claro objetivo de dividir o PT".

- O professor Giannotti é amigo de Fernando Henrique Cardoso há 50 anos. Essa idéia, então, certamente é compartilhada com o presidente da República - disse.

Pensam que, "se o MST faz sucesso, é hora de encontrar uma forma de minimizar sua atuação", acentuou Suplicy. Ele lamentou declarações do presidente da República no sentido de que a solidariedade de partidos políticos aos sem-terra "foi um oportunismo".

- Pois acho que ficaria envergonhado se meu partido ou outros partidos de oposição não dessem solidariedade aos sem-terra, que fazem um dos movimentos sociais mais importantes do Brasil contemporâneo - assinalou Suplicy.



Suplicy

COMISSÕES

Mandato de senador pode ser reduzido para seis anos

Comissão da Reforma Político-Partidária decide, por unanimidade, que representação de cada estado e do Distrito Federal terá um terço renovado de dois em dois anos

Por unanimidade, a Comissão da Reforma Político-Partidária, presidida pelo senador Humberto Lucena (PMDB-PB), aprovou ontem proposta do relator, senador Sérgio Machado (PSDB-CE), que reduz de oito para seis anos o mandato de senador. Pela proposta, a representação de cada estado e do Distrito Federal será renovada de dois em dois anos, em sua terça parte. O texto ainda será submetido à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania antes de ir a plenário.

Em seu relatório, Sérgio Machado esclareceu que, se for aprovada a sugestão, a duração do mandato de senador no Brasil se aproximará dos exemplos encontrados no mundo: "Como temos eleição regular no Brasil a cada dois anos, a mudança proposta se



Sérgio Machado (D), ao lado de Lucena, tem parecer aprovado

incluirá sem traumas no calendário eleitoral pátrio e garantirá a atualidade da representação na Câmara Alta do Legislativo Federal, retratando mais fidedignamente as forças políticas nos estados", acrescentou.

A comissão aprovou ainda, também por unanimidade, as mudanças sugeridas pelo rela-

tor para os suplentes de senador. Pela proposta acolhida, ocorrendo vaga de senador, a substituição se dará da seguinte forma: faltando 60 dias, ou mais, para a realização de eleição regular, o substituto para cumprir o restante do mandato do titular será eleito no primeiro pleito que se seguir à vacância, devendo o suplente

assumir a cadeira até a posse do substituto eleito. Já no caso de ser o penúltimo biênio do mandato, faltando menos de 60 dias para a realização de eleição regular, o suplente deverá assumir a cadeira até o final do mandato. Os direitos dos atuais suplentes dos senadores ficam preservados até o final dos mandatos para os quais foram eleitos.

A votação dessas matérias foi precedida de um debate do qual participaram o relator e os senadores Eduardo Suplicy (PT-SP), José Fogaça (PMDB-RS), Francelino Pereira (PFL-MG), Bello Parga (PFL-MA), Mauro Miranda (PMDB-GO) e Emília Fernandes (PTB-RS). A reunião foi conduzida pelo presidente da comissão, senador Humberto Lucena (PMDB-PB).

Kandir debaterá LDO com parlamentares no dia 6

O presidente da Comissão Mista de Orçamento, senador Ney Suassuna (PMDB-PB), anunciou ontem que no próximo dia 6, às 14h, a comissão realizará audiência pública com a presença do ministro do Planejamento, Antônio Kandir. O objetivo é discutir o projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO), que estabelece as prioridades da administração pública federal para 1998 e orienta a elaboração do Orçamento Geral da União a ser enviado ao Congresso até 31 de agosto de 1997.

O relator da LDO no Congresso, deputado Sarney Filho (PFL-MA), informou que, a título de subsídio para a discussão, soli-

citou às assessorias de Orçamento do Senado e da Câmara a elaboração de uma nota técnica sobre o projeto do governo. Segundo ele, a nota, que "aponta pontos polêmicos, avanços e propostas a serem apreciadas pela comissão", será remetida aos gabinetes de todos os congressistas.

Sarney Filho disse que versão preliminar da nota técnica destaca o crescente grau de amadurecimento da LDO como instrumento de regulação e aprimoramento da gestão pública e das relações entre os três Poderes republicanos, pondo em relevo aperfeiçoamentos e pontos polêmicos da proposta do Executivo. Entre os avanços, salienta-se a especificação detalhada de despesas com pre-



Suassuna preside reunião da Comissão Mista de Orçamento

catórios judiciais, cujos pagamentos deverão ser previamente sujeitos a exame da Advocacia Geral da União.

Os pontos mais polêmicos, de acordo com o relator, referem-se à ausência de dispositivos reivindicados há muito pelo Congresso no sentido de dar maior transparência à elaboração e à

execução orçamentárias. Conforme o parlamentar, a nota ressalta que a LDO reitera proposta do Executivo, rejeitada em anos anteriores pelos congressistas, "de enviar informações complementares até 15 dias após o prazo constitucional para entrega da proposta orçamentária".

Documentos eletrônicos com valor jurídico



Rocha

Sebastião Rocha (PDT-AP) registrou ontem a aprovação, pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, de projeto de lei de sua autoria que atribui valor jurídico a documentos eletrônicos. Ao pedir o apoio do plenário do Senado à matéria, ele explicou que o objetivo da proposição é possibilitar o armazenamento de informação, dados e imagens que constituam o acervo documental de empresas privadas e órgãos públicos federais, estaduais e municipais.

Segundo o senador, o projeto prevê a transferência ou destruição de documentos originais, depois de haverse garantido a autenticidade, a indelibilidade e a confidencialidade deles. Também prevê a proteção contra acesso, uso, alteração de conteúdo ou qualidade, reprodução e destruição não autorizadas.

Rocha disse que as empresas privadas e órgãos públicos deverão dispor de procedimentos de gestão dos documentos arquivados, indexando-os de modo a permitir localização rápida e eficiente, assim como a verificação de sua fidelidade.

Rocha disse que as empresas privadas e órgãos públicos deverão dispor de procedimentos de gestão dos documentos arquivados, indexando-os de modo a permitir localização rápida e eficiente, assim como a verificação de sua fidelidade.

Exploração da criança



Benedita e Marluce na reunião de ontem da CPI do Senado

CPI marca mais quatro audiências para o mês de maio

A CPI do Trabalho Infantil deliberou ontem realizar no mês de maio quatro audiências públicas para ouvir novos depoimentos. Segundo a senadora Marluce Pinto (PMDB-RR), presidente da comissão, a CPI já dispõe de farto material sobre a existência de trabalho escravo de menores no país, mas precisa obter mais informações que subsidiem o trabalho de relatoria, como defendeu a senadora Emília Fernandes (PTB-RS).

Na primeira semana de maio (dia 6) serão ouvidos Jairo Reis, diretor-superintendente da Empresa Brasileira de Estanho, e Antônio do Amaral, presidente do Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias Extrativas do Estado de

Rondônia. Também constam da pauta do mês Vicente Paula da Silva, secretário-executivo do Fórum Nacional de Prevenção e Erradicação do Trabalho Infantil, e Vicente Paulo da Silva, o Vicentinho, presidente da CUT.

A CPI pretende estudar todos os projetos que tratam de questões relativas ao menor, em tramitação nas duas Casas do Congresso. Levantamento feito por Benedita da Silva (PT-RJ) e por José Alves (PFL-SE) revela que só no Senado há nove projetos sobre o assunto.

Marluce Pinto considera que a exploração sexual de menores no Brasil não é uma questão só do presidente da República ou do Legislativo, mas de toda a sociedade.

Wilson destaca a Globo Nordeste

Carlos Wilson (PSDB-PE) parabenizou ontem a Rede Globo Nordeste pelo seu vigésimo quinto aniversário. Ele destacou a atuação da emissora na divulgação dos valores da cultura nordestina e no engajamento em projetos comunitários, beneficiando a parcela mais carente da população.

- A Rede Globo Nordeste, nos últimos 25 anos, vem trabalhando para dar noções de cidadania às pessoas e acelerar o crescimento econômico regional - afirmou.



Wilson

Gilvam Borges faz reparos a cobertura



Gilvam

Gilvam Borges (PMDB-AP) disse ontem que ficou "impressionado" com a cobertura "hipócrita", por quase toda a mídia, do assassinato do índio Galdino Jesus dos Santos. Para o senador, a imprensa deu o destaque que o fato merece, "mas de um ponto de vista descontextualizado, como se se tratasse de um caso isolado, cujo remédio é a punição exemplar". Em aparte, Sebastião Rocha (PDT-AP) assinalou que os crimes contra pobres estão "banalizados" no Brasil, mas frisou que dessa vez os assassinos foram pegos.

Assinalou que os crimes contra pobres estão "banalizados" no Brasil, mas frisou que dessa vez os assassinos foram pegos.

A SESSÃO DE ONTEM DO SENADO FEDERAL FOI PRESIDIDA PELOS SENADORES VALMIR CAMPELO, GERALDO MELO, ANTONIO CARLOS MAGALHÃES, ADEMIR ANDRADE E FREITAS NETO E PELA SENADORA MARLUCE PINTO

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Antonio Carlos Magalhães - 1º Vice-Presidente: Geraldo Melo
2º Vice-Presidente: Júnia Marise - 1º Secretário: Ronaldo Cunha Lima
2º Secretário: Carlos Patrocínio - 3º Secretário: Flaviano Melo
4º Secretário: Lucídio Portella

Suplentes de Secretário: Emília Fernandes - Lúdio Coelho -
Joel de Hollanda - Marluce Pinto

Diretor-Geral do Senado: Agaciel da Silva Maia

Secretário-Geral da Mesa: Raimundo Carreiro Silva

Senado na Internet - <http://www.senado.gov.br>

O *Jornal do Senado* é distribuído também nos vãos da Vasp, Varig, Transbrasil e Lider que saem de Brasília

Jornal do Senado

Órgão do Senado Federal (Ato da Comissão Diretora nº 20, de 1996)
- Endereço: Praça dos Três Poderes, Ed. Anexo I do Senado Federal, 15º e 16º andares, CEP 70165-920 - Telefones: (061) 311-3331 - 311-3333 - 311-3335 e Fax: 311-3137 - Brasília - DF

Diretor da Secretaria de Comunicação Social - Fernando Cesar Mesquita

Diretor de Divulgação e Integração - Helival Rios

Diretor do Jornal do Senado - Flávio de Mattos

Diretor da Agência Senado - José do Carmo Andrade

Editores - Djalma Lima, Edson de Almeida e José Humberto Mancuso

Diagramação - Sérgio Luiz e Wesley Carvalho

Fotos - Célio Azevedo, Márcia Kalume, Adão Nascimento, Jane Araújo e Júlio Essucy

Revisão - Lindolfo Amaral, Fernando Varela e João Ribeiro

Veja no Diário do Senado a íntegra dos projetos e pronunciamentos citados.